



pelo Plenário, as Atas foram aprovadas por unanimidade. O Conselheiro José Roberto das Neves apresentou manifestação acerca da transferência das competências da administração penitenciária do Estado do Paraná da Secretaria de Justiça paranaense para a Secretaria de Segurança Pública daquele Estado. A Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná, Maria Tereza Uille, esclareceu que a referida transferência foi decisão do Governo do Paraná. No dia nove de dezembro foram apresentadas as Mesas 3 e 4. A Mesa 3 "Mulheres" foi apresentada pela Conselheira Beatriz Vargas e discutida pelas convidadas Sra. Rosângela Peixoto, Sra. Gina Moura, Sra. Debora Diniz e Sra. Bruna Angotti. Após a explanação dos convidados e demais ouvintes (Sala de Soluções) sobre a Mesa 3 "Mulheres", as propostas elencadas foram sistematizadas para serem analisadas pelo Plenário do CNPCP e inseridas, posteriormente, no Plano. A Mesa 4 "Crimes Patrimoniais" foi apresentada pelo Conselheiro Alamiro Velludo e discutida pelos convidados Sra. Raquel Dogde, Sr. Daniel Nicory e Sr. Vladimir de Lima, representante do Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça Sr. Gabriel Sampaio. Após a explanação dos convidados e demais ouvintes (Sala de Soluções) sobre a Mesa 4 "Crimes Patrimoniais", as propostas elencadas foram sistematizadas para serem analisadas pelo Plenário do CNPCP e inseridas, posteriormente, no Plano. No dia dez de dezembro, o presidente e a vice-presidente do CNPCP apresentaram a Mesa 5 "Governança e responsabilidade da política criminal" e o tema foi discutido pelos convidados Sr. Ivo Correa, Sr. Salo de Carvalho, Sr. Marcelo Gomes e Dra. Carolina Haber. Após a explanação dos convidados e demais ouvintes (Sala de Soluções) sobre a Mesa 5 "Governança e responsabilidade da política criminal", as propostas elencadas foram sistematizadas para serem analisadas pelo Plenário do CNPCP e inseridas, posteriormente, no Plano. A Mesa 6 "Drogas" foi apresentada pela Conselheira Beatriz Vargas e discutida pelas convidadas Sra. Julita Lemgrube, Sra. Luciana Boiteux, Conselheiro Luis Carlos Valois e o Secretário Nacional de Política Sobre Drogas do Ministério da Justiça Dr. Vitore Maximiano. O Secretário Nacional Dr. Vitore Maximiano realizou breves considerações sobre a política nacional sobre drogas, alegando que oitenta por cento dos usuários de crack não possuem propriedade, de forma que a utilização desse tipo de droga se faz em espaços públicos, tornando-os vulneráveis à qual estão submetidos. Após a explanação dos convidados e demais ouvintes (Sala de Soluções) sobre a Mesa 6 "Drogas", as propostas elencadas foram sistematizadas para serem analisadas pelo Plenário do CNPCP e inseridas, posteriormente, no Plano. No dia onze de dezembro, a vice-presidente apresentou a Mesa 7 "Alternativas Penais" e o tema foi discutido pelos convidados Sr. Almir Junior, Sra. Maíra Machado e Sr. Talles Andrade. Após a explanação dos convidados e demais ouvintes (Sala de Soluções) sobre a Mesa 7 "Alternativas Penais", as propostas elencadas foram sistematizadas para serem analisadas pelo Plenário do CNPCP e inseridas, posteriormente, no Plano. A Mesa 8 "Prisão Provisória" foi apresentada pelo presidente Luiz Bressane e discutida pelos convidados Sra. Maria Tereza Uille, Sr. José de Jesus e Sr. Hugo Leonardo. Após a explanação dos convidados e demais ouvintes (Sala de Soluções) sobre a Mesa 8 "Prisão Provisória", as propostas elencadas foram sistematizadas para serem analisadas pelo Plenário do CNPCP e inseridas, posteriormente, no Plano. O presidente registrou o convite realizado pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará para participação no lançamento do 1º Ciclo da Pesquisa realizado pela Universidade Federal do Ceará sobre o sistema carcerário cearense. Por fim, o presidente e a vice-presidente agradeceram o empenho de todos os órgãos e entidades que participaram do Workshop e encerraram a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE  
Presidente do Conselho

#### ATA DA 409ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 26 E 27 DE JANEIRO DE 2015

Aos vinte e seis e vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) reuniram-se na Sala quatrocentos e sete e trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o presidente, Luiz Antônio Silva Bressane; e os seguintes membros: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende; Luciane Ferreira; Luis Carlos Honório Valois Coelho; José Roberto das Neves; Mariana Lobo Botelho de Albuquerque; Marcos Roberto Fuchs; Marcus Vinícius da Costa Villarim; Marden Marques Soares Filho; Paulo Antônio de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Fabiana Costa Oliveira Barreto; Alamiro Velludo Salvador Netto; Andréia Beatriz Silva dos Santos; Gustavo de Carvalho Bernardes. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Maíra Fernandes-FONACOPEN; Rodrigo Duque Estrada-OSPEN/DEPEN; Wesley Barreto-FEBRASP; Marlene Inês-OSPEN/DEPEN; Jorge José da Rocha-OSPEN/DEPEN; Francisco Job Neto-Min.Saúde; Vladimir Sampaio-SAL/MJ; Leandro Guedes-ASPAR/MJ. O presidente iniciou a reunião apresentando a Ata da 408ª Reunião Ordinária do CNPCP, sendo aprovada por unanimidade. O presidente parabenizou a Comissão responsável por elaborar o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. O Presidente apresentou condolências à Conselheira Andréia Beatriz, devido ao falecimento de seu pai na semana anterior, fato que prejudicou sua presença na reunião. O Presidente sugeriu a instituição de uma Comissão para acompanhar a revisão do novo Código de Processo Penal, em trâmite no Congresso Nacional, esboçando principalmente os aspectos que poderão refletir na Lei de Execução Penal. O Conselheiro Paulo Carvalho sugeriu agilidade do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) acerca da implantação do SISDEPEN, sistema de informações referentes ao sistema carcerário do país.

LUIZ ANTÔNIO SILVA BRESSANE  
Presidente do Conselho

O Conselheiro Marden Marques solicitou que a apresentação do Relatório de Inspeção de Alagoas seja realizada na próxima reunião do CNPCP. A Conselheira Luciane Ferreira informou sobre a Inspeção Prisional Extraordinária realizada no Estado do Espírito Santo. O Conselheiro Marcus Villarim recomendou a realização de Inspeção Prisional Extraordinária nas Unidades Prisionais de Ribeirão das Neves-MG, devido à gravidade dos fatos ocorridos naqueles estabelecimentos penais. A Conselheira Mariana Lobo sugeriu a realização de Inspeção Prisional Extraordinária nas Unidades Penais do Complexo do Curado, em Recife-PE, devido às rebeliões e mortes ocorridas recentemente naquele Complexo Penitenciário. Iniciando aos itens de pauta, a Convidada Dra. Maira Fernandes, presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Penitenciários (FONACOPEN), e o Ouvidor do Sistema Penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional (OSPEN/DEPEN/MJ), Dr. Rodrigo Duque Estrada, apresentaram o tema "CNPCP e Conselhos Penitenciários: estratégias de atuação conjunta". Como encaminhamento, o Conselheiro Marcos Fuchs apresentará minuta de Resolução, visando orientar a formação e estruturação dos Conselhos Penitenciários Estaduais. O Plenário do CNPCP aprovou, também, o encaminhamento de Ofícios para os Conselhos Penitenciários Estaduais, Corregedorias do Poder Judiciário Estaduais e Secretarias responsáveis pela Administração Penitenciária de cada Estado para informarem o quantitativo de beneficiados pelo Indulto, conforme o art. 13 do Decreto n. 8.380, de 24 de dezembro de 2014. Após, o Conselheiro Luis Valois apresentou breve relatório acerca do Workshop realizado em dezembro/2014 para a elaboração do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Como encaminhamento, será realizado outro Workshop, nos dias vinte e seis e sete de fevereiro, para sintetizar e finalizar o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, e no mês de abril será realizada uma Audiência Pública, em Unidade Prisional no país, para complementar na elaboração do Plano. Em seguida, a Conselheira Luciane Ferreira e o Ouvidor do Sistema Penitenciário (OSPEN/DEPEN), Dr. Rodrigo Duque Estrada, apresentaram o Relatório de Inspeção Extraordinária realizada, em janeiro do ano corrente, na cidade Barra de São Francisco-ES. O Relatório de Inspeção foi aprovado por unanimidade. Após, o Conselheiro Marden Marques apresentou a proposta de Resolução que institui o novo manual de inspeções do CNPCP. A proposta será disponibilizada para os demais Conselheiros e para o Departamento Penitenciário Nacional, com vistas às possíveis contribuições. Após, o Conselheiro José Roberto das Neves introduziu a discussão sobre a Lei Estadual Paranaense n. 18.410/2014, que transfere o Departamento de Execução Penal da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU) para a Secretaria de Segurança Pública. Como encaminhamento, o Plenário coletará maiores informações junto aos demais órgãos do Estado para posterior convite ao Secretário de Segurança Pública do Paraná para participação em reunião do CNPCP. O Presidente apresentou o Planejamento e as Ações a serem desenvolvidas pelo CNPCP no ano de 2015. O Presidente apresentou o calendário de previsão para as inspeções do ano de 2015. Seguindo a Resolução n. 03, de 18 de julho de 2014, o presidente sugeriu aos demais membros do CNPCP que, durante essa semana, encaminhassem sugestões para compor a lista tríplice a ser encaminhada ao Diretor Geral do DEPEN, com o objetivo de nomear o titular da Ouvidoria do Sistema Penitenciário (OSPEN/DEPEN). O Conselheiro Marden Marques e o convidado Francisco Job, servidor do Ministério da Saúde, apresentaram a Minuta de Resolução que trata de medidas indicadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Tuberculose. Como encaminhamento, o Presidente sugeriu que a Minuta seja disponibilizada para Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ), Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas do Ministério da Justiça (SE-NAD/MJ), Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) e Chefia de Gabinete do Ministério da Saúde para possíveis contribuições. Sobre item de pauta que trata da reestruturação da revista do CNPCP, a Conselheira Beatriz Vargas comunicou que encaminhará para os demais membros a Minuta do Projeto da Revista. O Presidente designou os Conselheiros Alamiro Velludo, Beatriz Vargas, Fabiana Barreto e Luciane Ferreira para reintegrarem a Comissão de Revista do CNPCP. O Conselheiro Paulo Carvalho relatou os seguintes processos: 08037.000193/2014-05, que trata de Relatório do Centro de Recuperação Agrícola Sílvia Hall de Moura, encaminhado pelo Conselho Penitenciário do Pará, solicitando diligências; 08037.000194/2014-41, que trata de Relatório do Centro de Recuperação Regional de Capanema - CRRC, encaminhado pelo Conselho Penitenciário do Pará, solicitando diligências; 08037.000396/2014-93, que trata de Relatório do Centro de Educação Feminino - CRF, encaminhado pelo Conselho Penitenciário do Pará; solicitando o arquivamento e posterior consulta para futuras inspeções. Em seguida, o servidor Bruno Crescenti apresentou o Sistema Eletrônico de Informação do Ministério da Justiça (SEI/MJ) para os Conselheiros, com o objetivo de acolhimento, análise e manifestação dos processos demandados pelo CNPCP. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

#### DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 189, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/17110 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL, CNPJ nº 00.444.232/0004-81 para atuar em Minas Gerais com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 52/2015 (CNPJ nº 00.444.232/0004-81) e nº 53/2015 (CNPJ nº 00.444.232/0007-24).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

ALVARÁ Nº 614, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/77 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AUTO POSTO CAMPO ALEGRE LTDA, CNPJ nº 09.280.439/0001-90 para atuar em Alagoas.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 748, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14326 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KONNTE - SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.090.084/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 419/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 769, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/128 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOCIL SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 50.844.182/0019-84, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 219/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 770, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/16446 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TAWRUS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 09.406.386/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 430/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES